



MILEGATE



Independent member

Morison Global

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE**

**amigos
da arte**

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

A
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE
São Paulo - SP

Prezados Senhores:

Estamos encaminhando a V.Sas. 03 (três) vias de nosso relatório contendo as Demonstrações Financeiras da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

Macso Legate Auditores Independentes
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Páginas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balanco Patrimonial.....	5-6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Conselheiros da
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, às demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e às entidades sem fins lucrativos.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira

CT CRC Nº 1SP222941/O-8

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	Nota		
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa sem Restrição	4	1.724.228	2.188.992
Caixa e Equivalentes de Caixa com Restrição	4	13.763.256	15.339.590
Contas a Receber	5	-	1.193.782
Adiantamentos		86.856	166.000
Estoques de Materiais		24.592	19.107
Despesas Antecipadas		109.803	17.072
Total do Circulante		15.708.735	18.924.543
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	163.762	207.106
Imobilizado	6	2.097.684	1.599.032
Intangível		66.641	91.177
Total do Não Circulante		2.327.907	1.897.315
Total do Ativo		18.036.642	20.821.858

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

		31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO	Nota		
Circulante			
Fornecedores	7	2.775.309	2.114.011
Obrigações Trabalhistas e Sociais	8	1.011.014	1.039.832
Obrigações Tributárias		203.055	189.815
Verbas para Repasse de Terceiros		-	1.533
Receitas a Realizar e de Captação de Recursos	9	4.189.794	9.582.437
Fundos de Reserva e Contingências	11	4.515.604	3.797.364
Outras Obrigações		166.389	94.623
Total do Circulante		12.861.165	16.819.615
Não Circulante			
Doações e Subvenções Não Monetárias	12	2.164.145	1.690.209
Total do Circulante		2.164.145	1.690.209
Patrimônio Líquido	13		
Patrimônio Social		3.011.332	2.312.034
Total do Patrimônio Líquido		3.011.332	2.312.034
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		18.036.642	20.821.858

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

		31/12/2021	31/12/2020
	Nota		
Receita Operacional Líquida	14	39.473.054	25.281.960
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com Pessoal	15	(10.881.310)	(10.109.707)
Despesas Gerais e Administrativas	16	(28.100.513)	(14.925.409)
Despesas Tributárias		(204.066)	(70.413)
Outras Receitas Operacionais Líquidas	17	13.986	1.020.946
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		301.151	1.197.377
Receitas Financeiras	18	439.226	197.538
Despesas Financeiras	18	(41.079)	(28.557)
Resultado Financeiro		398.147	168.981
Superávit do Exercício		699.298	1.366.358

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Superávit do Exercício	699.298	1.366.358
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	699.298	1.366.358

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	945.676	-	945.676
Superávit do Exercício	-	1.366.358	1.366.358
Transferência para Patrimônio Social	1.366.358	(1.366.358)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.312.034	-	2.312.034
Superávit do Exercício	-	699.298	699.298
Transferência para Patrimônio Social	699.298	(699.298)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.011.332	-	3.011.332

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do Exercício	699.298	1.366.358
Ajustes ao Superávit		
Depreciação e Amortização	265.216	202.270
Reversão de Provisão para Demandas Judiciais	-	(1.308.610)
Superávit do Exercício Ajustado	964.514	260.018
(Aumento) Redução do Ativo		
Contas a Receber	1.193.782	(1.193.782)
Adiantamentos	79.145	(73.084)
Estoques de Materiais	(5.485)	4.003
Despesas Antecipadas	(92.731)	4.300
Depósitos Judiciais	43.344	95.948
Aumento (Redução) do Passivo		
Fornecedores	661.298	226.892
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(28.818)	65.522
Obrigações Tributárias	13.240	18.408
Verbas para Repasse Terceiros	(1.533)	(2.421)
Outras Obrigações	71.766	(67.943)
Receitas a Realizar e de Captação de Recursos	(5.392.643)	6.038.145
Fundos de Reserva	718.240	1.552.609
Doações e Subvenções Não Monetárias	925.762	(70.679)
Caixa líquido Aplicado/Proveniente das Atividades Operacionais	(850.119)	6.857.936
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	(1.190.979)	(131.591)
Caixa líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(1.190.979)	(131.591)
(Redução) e Aumento de ao Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.041.098)	6.726.345
Demonstrado como segue:		
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	17.528.582	10.802.237
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Exercício	15.487.484	17.528.582
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.041.098)	6.726.345

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS AMIGOS DA ARTE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objeto Social

A Associação Paulista dos Amigos da Arte (“Amigos da Arte”), foi constituída em 11 de março de 2004, conforme previsto nos artigos 53 a 61 do Código Civil Brasileiro, sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

A Amigos da Arte tem objetivos de natureza socioculturais, constituindo-se na colaboração técnica e financeira para o desenvolvimento de atividades artísticas, notadamente no campo de artes cênicas, plásticas, musicais e no campo da valorização da cultura brasileira no Estado de São Paulo, por meio de programas e projetos que além do cunho cultural, visem valorizar o artista, o desenvolvimento cultural no Estado de São Paulo, além de criar oportunidades para o crescimento social dos diversos segmentos.

Contratos de Gestão

Após qualificar-se como Organização Social ligada à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, a Amigos da Arte venceu chamada pública e assinou:

- O Contrato de Gestão 001/2004, em 18 de novembro de 2004, com duração de 3 anos e com valor total de R\$ 19.658.379.

Os bons resultados obtidos nos três primeiros anos, fizeram com que a Amigos da Arte, fosse selecionada em novas convocações públicas, sendo:

- Contrato de Gestão (019/2007), 1ª renovação, em 19 de novembro de 2007, com vigência de 4 anos, e valor global de R\$ 85.360.000
- Contrato de Gestão (06/2011), 2ª renovação, em 18 de novembro de 2011, com vigência até 31 de dezembro de 2015, e valor global de R\$ 138.448.290.
- Aditamento do Contrato de Gestão, em 23 de dezembro de 2015, prorrogando o término da vigência do contrato para 17 de novembro de 2016, bem como, determinando o acréscimo de recursos no montante de R\$ 22.300.975. Após o repasse da última parcela do contrato de gestão, o saldo da conta Fundo de Reserva foi aplicado na execução das metas do ano em curso, ou em outras, previamente aprovada pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

- Contrato de Gestão 007/2016, de 18 de novembro de 2016, com vigência até 31 de outubro de 2021, no valor global de R\$142.000.000. Com sucessivos aditivos do Contrato de Gestão 007/2016, o 14º, celebrado em 18 de novembro de 2021 prorrogou a vigência até 31 de dezembro de 2021, totalizando o valor global de R\$ 165.832.679,17.
- Em 10 de setembro de 2021 foi publicado a Resolução SCEC nº 43/2021 referente à Convocação Pública – Equipamentos de Difusão Cultural, Programas de Difusão, Circulação, Descentralização e Circulação Cultural, Fomento, Novas Iniciativas, Estudos e Pesquisas em Economia Criativa. A Amigos da Arte foi vencedora do certame, celebrando o Contrato de Gestão 02/2022, com vigência de 01/01/2022 a 31/12/2026 e valor global de R\$ 205.903.466,02.

Gestão Administrativa e Operacional

A **AMIGOS DA ARTE**, em sua gestão, manteve e ampliou o desenvolvimento de projetos culturais de forma a obter o máximo da relação custo/benefício, cumprindo as metas e índices estipulados em seu Contrato de Gestão.

Além da continuidade dos programas, no ano de 2021, a AMIGOS DA ARTE aprimorou suas estratégias de difusão cultural em ambiente digital, ampliando o alcance e a diversidade de ações.

Foi garantido o atingimento das metas de atividades e resultados de forma satisfatória, mesmo frente ao contexto atípico de desafios colocados pela crise mundial de saúde. Entende-se que a AMIGOS DA ARTE, mesmo ao longo de um período de grandes desafios para adaptação de seus programas para o contexto de isolamento social, migrando de forma majoritária suas atividades de difusão cultural para o ambiente virtual, vem conseguindo potencializar os investimentos públicos, atingindo eficiência técnica e artística, ampliando a democratização do acesso à cultura, garantindo ao mesmo tempo o cumprimento do princípio fundamental da economicidade. A extensão, importância, a qualidade e a capilaridade dos programas culturais em 214 municípios paulistas foram garantidas, viabilizando o apoio e impulsionamento da economia criativa paulista, a elevação do acesso da população a bens e serviços culturais, assim como o fortalecimento e proteção da produção cultural independente e da cultura popular e tradicional paulista.

Ressalta-se em 2021 o trabalho colaborativo de planejamento e elaboração de proposta para o novo contrato de gestão, vencedora da Convocação Pública instituída pela Resolução SCEC nº 43/2021 referente à gestão dos Equipamentos de Difusão Cultural, Programas de Difusão, Circulação, Descentralização e Circulação Cultural, Fomento, Novas Iniciativas, Estudos e Pesquisas em Economia Criativa.

No planejamento para 2022, já com o novo contrato, há previsão da retomada dos eventos presenciais e a manutenção das ações digitais. Ao longo de 2021 com a melhora e redução da pandemia, foi possível paulatinamente a retomada de espetáculos presenciais em seus equipamentos culturais, de forma a aprimorar estratégias de execução de atividades e eventos híbridos.

Vale destacar que o Plano de Trabalho de 2021 contemplou os seguintes equipamentos e programas:

- Equipamento Teatro Sérgio Cardoso (TSC);
- Equipamento Teatro Maestro Francisco Paulo Russo – Teatro Estadual de Araras (TFPR);
- Equipamento Centro de Cultura, Memória e Estudos da Diversidade Sexual – Museu da Diversidade Sexual (MDS);
- Programa Virada SP;
- Programa Circuito Cultural SP (CSP);
- Programa Semana Guiomar Novaes (SGN);
- Programa Festival Paulista de Circo (FPC);
- Programa Festival da Cultura Tradicional Paulista – Revelando SP (RSP);
- Programa de Apoio a Festivais Artísticos e Atividades Culturais (AFA);
- Programa Tradição SP (TSC);
- +Gestão SP
- Cultura em Casa
- Apoio a Projetos Voltados para a Cultura LGBT+
- Apoio a Projetos Voltados para a Cultura Negra, Outras Etnias e Artes Urbanas
- Prêmios e Medalhas de Incentivo à Cultura
- Economia Criativa
- Pesquisa para Preservação e Difusão do Patrimônio Material e Imaterial

Realizou, ainda, Pesquisa de Perfil do Público e Qualidade dos Serviços Prestados; além de um conjunto de metas de Financiamento e Fomento e de Acessibilidade e um conjunto de Metas Técnicas Condicionadas dos Programas acima, condicionados à captação de recursos ou a demanda direta da SEC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Base de Preparação

a. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais com centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

d. Conclusão das demonstrações financeiras

A Administração da Associação aprovou a conclusão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Apuração do Resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela APAA e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado no Contrato de Gestão.

Os valores recebidos do Contrato de Gestão originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma:

- Recebimento dos recursos: Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de receitas do contrato de gestão a realizar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07 (R2) - Subvenção e assistências governamentais.

- Consumo como despesa: Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão, são reconhecidas as despesas em contrapartida no passivo circulante. O valor é registrado a débito do passivo de receitas do contrato de gestão a realizar e contrapartida no resultado do exercício em receitas governamentais.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes incluem caixa, saldos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, classificadas na categoria de ativos financeiros avaliados ao valor justo com contrapartida no resultado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de rendimentos até a data do balanço.

c. Imobilizado

O Ativo Imobilizado é reconhecido pelo custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada pelas taxas de depreciação consideradas adequadas pela Administração.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefício econômico futuro resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o preço da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

d. Intangível

Corresponde a Softwares, os quais estão avaliados pelo custo de aquisição e reduzido da respectiva amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada.

e. Avaliação do valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente o valor recuperável contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g. Obrigações Tributárias

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está isenta do pagamento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, conforme estabelece a alínea “c”, do inciso VI, do § 150 da Constituição Federal. Também, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Associação, de acordo com as Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas.

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/1997.

h. Julgamentos, estimativas e Premissas Contábeis Significativas**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

- **Vida útil dos bens do imobilizado e intangível** - A Entidade revisa anualmente a vida útil-estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

i. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Patrimônio Líquido

Representa a dotação inicial na Associação, acrescido ou reduzido dos superávits e déficits apurados anualmente desde sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

k. Fundo de Reserva

Composto por depósitos bancários de 6% dos montantes repassados do Contrato de Gestão, classificado contabilmente em 2021 no passivo circulante considerando o término do referido Contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixas	3.000	1.200
Bancos Conta Movimento	31.434	7.536
Aplicações Financeiras	1.689.794	2.180.256
Recursos sem Restrição	1.724.228	2.188.992
Aplicações Financeiras	13.763.256	15.339.590
Recursos com Restrição	13.763.256	15.339.590
Total	15.487.484	17.528.582

A composição do saldo de aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Banco Santander S.A.	1.689.794	2.180.256
Recursos sem Restrição	1.689.794	2.180.256
Banco do Brasil S.A. – Repasses	8.416.426	11.772.779
Banco do Brasil S.A. – Fundo de Reserva	1.852.088	1.800.066
Banco do Brasil S.A. – Fundo de Contingência	2.663.516	956.895
Banco do Brasil S.A. – Pronac	831.226	809.850
Recursos com Restrição	13.763.256	15.339.590

As aplicações financeiras estão representadas por Fundos de Investimentos, com liquidez diária, remunerados pela taxa CDI. Essas, aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 (noventa) dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata.

Os valores de R\$ 2.663.516 (R\$ 956.895 em 2020) e R\$ 1.852.088 (R\$ 1.800.066 em 2020), aplicados no Banco do Brasil se referem ao “Fundo de Contingência” e “Fundo de Reserva”, respectivamente, conforme citado na nota explicativa 11.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2021	31/12/2020
Repasses Governamentais com Restrição (a)	-	1.040.403
Repasses Governamentais com Restrição (b)	-	33.379
Captação de Recursos de Terceiros (c)	-	120.000
Total	-	1.193.782

- (a) Recurso para reposição de parte do Fundo de Contingência, citado na nota explicativa nº 11.
- (b) Recurso para ser utilizado nas atividades previstas no orçamento do Contrato de Gestão.
- (c) Captação de recursos junto a Prefeitura SP para a realização do projeto Mostra Teatral #NAOnline.

6. IMOBILIZADO

a) Composição e Movimentação

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2021
Computadores e Periféricos	671.339	173.792	-	-	845.131
Máquinas e Equipamentos	1.084.443	451.190	-	-	1.535.633
Instalações	297.366	3.035	-	469.800	770.201
Móveis e Utensílios	1.028.617	22.673	-	-	1.051.290
Equipamentos Técnicos	47.090	34.820	-	-	81.910
Instrumentos Musicais	29.627	12.875	-	-	42.502
Equipos Eletrônicos e Sonorização	5.840	-	-	-	5.840
Instalações em Andamento	469.800	-	-	(469.800)	-
Importações de Equipos em Andamento	-	488.611	-	-	488.611
Total Custo Corrigido	3.634.122	1.186.996	-	-	4.821.118
(-) Computadores e Periféricos	(468.394)	(124.343)	-	-	(592.737)
(-) Máquinas e Equipamentos	(813.126)	(77.283)	-	-	(890.409)
(-) Instalações	(217.984)	(69.774)	-	-	(287.758)
(-) Móveis e Utensílios	(479.557)	(408.277)	-	-	(887.834)
(-) Equipamentos Técnicos	(20.918)	(7.517)	-	-	(28.435)
(-) Instrumentos Musicais	(29.271)	(1.150)	-	-	(30.421)
(-) Equipos Eletrônicos e Sonorização	(5.840)	-	-	-	(5.840)
Total Depreciação Acumulada	(2.035.090)	(688.344)	-	-	(2.723.434)
Imobilizado Líquido	1.599.032	498.652	-	-	2.097.684

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, parte do Ativo Imobilizado é composto por bens oriundos e/ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, firmando com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, não havendo, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bens de terceiros.

7. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de Serviços PJ	2.603.861	1.698.782
Fornecedores de Material	93.662	78.147
Fornecedores de Serviços PF	77.786	337.082
Total	2.775.309	2.114.011

8. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

	31/12/2021	31/12/2020
Férias a pagar	580.041	514.533
INSS a Recolher	166.955	286.332
INSS sobre Férias	147.910	131.206
FGTS a Recolher	56.580	54.593
FGTS sobre Férias	46.403	41.162
PIS sobre Férias	5.800	5.145
PIS sobre Folha de Pagamento	7.325	6.861
Total	1.011.014	1.039.832

9. RECEITAS A REALIZAR E DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de Captação de Recursos de Terceiros - Pronac	831.226	929.850
Receitas de Projetos Contrato de Gestão	3.358.568	8.652.587
Total	4.189.794	9.582.437

Receitas de Captação de Recursos de Terceiros

O Plano Anual 2020 teve captação autorizada no DOU de 2 de dezembro de 2019 e esteve ao longo de todo o ano de 2020 em análise pela Secretaria Especial de Cultura, não tendo obtida a homologação. Por este motivo o valor não pode ser executado nem permitiu que fosse viabilizada a captação de recursos com incentivo fiscal federal em 2020.

O Plano Anual 2021 teve captação autorizada no DOU de 20 de janeiro, após análise de admissibilidade. O Plano teve parecer técnico favorável, mas não teve homologação até o momento. Em 19 de agosto de 2021 recebeu a transferência de R\$ 818.845,74 de saldo do Plano Anual anterior, tendo sido o projeto de 2020 arquivado.

A entidade segue sem aprovação para execução definitiva do Plano Anual 2021 apresentado em setembro de 2020 ao PRONAC da Secretaria Especial de Cultura federal. A situação, compartilhada com outras instituições culturais no país, dificulta a principal estratégia de captação de recursos no campo da cultura, mediante incentivo fiscal federal. Aguarda-se sua homologação para que possa ser solicitada readequação do projeto para execução em 2022.

10. DEMANDAS JUDICIAIS

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento, classificando-os entre chances de perda provável, possível e remota, devendo constituir provisões somente para os processos classificados com chance de perda provável e divulgar os com chances possíveis. A Associação não possui em 31 de dezembro de 2021 e 2020, processos trabalhistas com avaliação de risco considerada como perda possível pelos assessores jurídicos.

O fundo de contingência, descrito na nota explicativa 11, neste exercício é suficiente para cobertura de eventuais demandas judiciais. Os depósitos judiciais vinculados a processos em andamento tiveram a seguinte movimentação em 2021:

	Depósito Judicial
Saldos em 31 de dezembro de 2020	207.106
(+) Adições e Atualizações	-
(-) Reversão	-
(-) Baixas	(43.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	163.762

LEI Nº 17.719/2021

Em 26 de novembro de 2021 foi promulgada pelo município de São Paulo a Lei nº 17.719, cujo o artigo 39 da disposições gerais e finais estabelece que, para efeito de interpretação da legislação tributária, notadamente da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, e da Lei Municipal nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, a não incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS sobre os recursos orçamentários repassados pelo Poder Público no âmbito dos contratos de gestão celebrados pela Administração Pública da União, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, com as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais da área de cultura, saúde, esportes, entre outras, abrangendo somente os recursos orçamentários destinados pelo Poder Público às organizações sociais, não abrangendo terceiros contratados pela organização social para execução de serviços afetos à parceria desta com o Poder Público.

Sendo a Associação de direito privado sem fins lucrativos e uma organização social voltada à difusão da cultura, com os repasses oriundos do Governo do Estado de São Paulo integralmente destinados a financiar ações nas áreas culturais, com o objetivo de melhorar a qualidade e diversificação dos programas e equipamentos sob sua gestão, a Entidade está enquadrada no âmbito da referida Legislação.

11. FUNDO DE RESERVA E DE CONTINGÊNCIA

	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de Reserva	1.852.089	1.800.066
Fundo de Contingência	2.663.515	1.997.298
Total	4.515.604	3.797.364

Fundo de Reserva

Conforme contrato de gestão, a APAA deve depositar em conta específica de sua titularidade 6% do valor repassado no primeiro ano de vigência do respectivo contrato com o objetivo de constituir fundo de reserva sob a tutela do Conselho de Administração da APAA.

O montante constituído poderá ser utilizado futuramente em situações de desequilíbrio financeiro, ocasionado por eventuais atrasos nos recebimentos de recursos. Conforme previsão do contrato, o fundo de reserva será revertido em 2022 para Receitas a Realizar.

Fundo de Contingência

Constituído para aplicação de 2% dos recursos repassados pelo contrato de gestão a partir do exercício de 2017, com a finalidade de suportar eventuais contingências durante a execução contratual.

12. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES NÃO MONETÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
Bens Adquiridos pela APAA – Vinculados a SEC	1.559.880	1.085.944
Doações e Subvenções Não Monetárias	604.265	604.265
Total	2.164.145	1.690.209

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o ativo imobilizado é composto por bens oriundos e/ou adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, firmado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, não havendo, bens de terceiros. Considerando que, em caso de término ou rescisão do contrato de Gestão os bens terão que ser devolvidos, a Administração procedeu tal registro no passivo não circulante.

De acordo com as NBC-TG 07 (R2), foi reclassificada a conta de doações não monetárias para o passivo não circulante. Devido a esta reclassificação a APAA mantém em seu Patrimônio Social somente os resultados de Superávit ou Déficit acumulado.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social é representado pelo patrimônio inicial da Associação, acrescido dos resultados apurados anualmente desde a data de sua constituição que são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.

Conforme Capítulo VII, artigo 40, do Estatuto Social e Contrato de Gestão, caso haja dissolução ou desqualificação da APAA, nos termos da legislação específica, seu patrimônio líquido, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, deverão ser destinados a outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/98 e no Decreto Estadual nº 43.493/98.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com Restrição		
Repasse Governamentais (-) Fundo de Reserva	39.101.282	25.064.551
Captação de Recursos de Terceiros	124.273	2.500
Receitas sem Restrição		
Cessão de Espaço	188.754	152.182
Trabalho Voluntário	78.950	66.536
Locação	2.240	3.750
Produção de Eventos	-	25.000
Doações	1.793	-
Total	39.497.292	25.314.519
Deduções das Receitas Operacionais		
Tributos	(9.438)	(10.109)
Devoluções e Cancelamento	(14.800)	(22.450)
Total	(24.238)	(32.559)
Receita Operacional Líquida	39.473.054	25.281.960

15. DESPESAS COM PESSOAL

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e Ordenados	(5.451.454)	(5.026.618)
INSS	(1.507.284)	(1.401.557)
Provisão de Férias e Encargos	(828.688)	(798.506)
Vales Transporte, Refeição e Alimentação	(568.906)	(533.329)
Assistências Médica, Odontológica e Exame Médico	(919.180)	(699.494)
Provisão de 13º Salário e Encargos	(651.788)	(673.874)
Provisão para Contingência Trabalhista	(211.419)	(210.275)
FGTS	(429.025)	(399.713)
Rescisões e Indenizações	(140.776)	(221.083)
Trabalho Voluntário	(78.950)	(66.536)
PIS sobre Salários	(50.325)	(50.700)
Seguro de Vida	(33.285)	(27.823)
Cursos e Treinamentos	(10.230)	(10.199)
Total	(10.881.310)	(10.109.707)

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de Terceiros PJ – Cachês e Curadoria	(10.264.111)	(4.924.128)
Serviços de Terceiros PJ – Produção	(2.413.580)	(1.862.432)
Infraestruturas	(157.006)	(559.171)
Marketing Divulgação	(3.704.876)	(1.534.912)
Vigilância e Segurança	(1.115.510)	(1.013.454)
Assessoria, Auditoria e Consultoria	(1.409.332)	(645.330)
Serviços de Terceiros PJ	(2.378.263)	(612.439)
Manutenção e Conservação	(1.171.755)	(843.813)
Aluguéis de Veículos	(56.188)	(40.827)
Energia Elétrica	(410.124)	(282.224)
Serviços de Terceiros PF	(293.068)	(719.358)
Viagens e Estadias	(44.381)	(26.272)
Lanches e Refeições	(144.816)	(178.704)
Internet e Licenciamento de Software	(359.982)	(163.430)
Serviços de Sistemas Corporativos	(174.830)	(188.071)
Depreciação e Amortização	(265.216)	(202.270)
Água e Esgoto	(73.350)	(54.596)
Material de Consumo	(134.161)	(55.171)
Material de Manutenção	(631.410)	(154.599)
Premiação	(2.325.506)	-
Demais Despesas Gerais e Administrativas	(573.048)	(864.208)
Total	(28.100.513)	(14.925.409)

17. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Despesas/reversão de provisão	2.058	1.020.211
Outros	11.928	735
Total	13.986	1.020.946

18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	438.799	197.538
Descontos, Juros, Variação Cambial	427	-
	439.226	197.538
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias, IOF e Outros Encargos	(41.079)	(28.557)
	(41.079)	(28.557)
Resultado Financeiro Líquido	398.147	168.981

19. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores da APAA são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “despesas de pessoal”, no resultado do exercício.

A Administração da APAA não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

20. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Baseado na Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo, correspondente ao valor da prestação de serviços, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Administração com base em pesquisa de Remuneração dos Administradores, realizada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) (<http://www.ibgc.org.br/index.php/publicacoespesquisas>), e considerou o tempo disponibilizado pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da APAA.

Desta forma, foram reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2021 e 2020 os montantes de R\$ 78.950 e R\$ 66.536, respectivamente, sendo a contrapartida demonstrada em Despesas com pessoal, exclusivamente para atendimento a ITG 2020 (R1), ressaltando que não houve qualquer desembolso financeiro.

21. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações Gerais e Políticas

O controle e gestão do gerenciamento de risco é de responsabilidade da diretoria

Risco de Liquidez

É o risco que a Associação irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de Crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. Como os principais recursos da APAA provem da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo a avaliação é de risco baixo. O risco de crédito é reduzido também em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicações financeiras mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

22. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por tratar-se de Associação sem fins lucrativos, a entidade é isenta do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 195 da Constituição Federal, portanto, isenta do imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido.

A Associação não está imune em suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas normalmente sobre os proventos da Folha de Pagamento, assim como o PIS, que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos colaboradores.

Desde julho de 2015 a Associação efetua o recolhimento da COFINS sobre receitas financeiras, reestabelecido pelo Decreto nº 8.426/2015 e com base na Lei 10.865/2004.

23. COBERTURA DE SEGUROS (Não Auditado)

A Entidade mantém cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

24. EFEITOS DA PANDEMIA (COVID 19)

O ano de 2021 continuou com as medidas e protocolos sanitários instituídos em 2020, com equipes trabalhando de maneira predominantemente remota ou híbrida, com retomada progressiva do trabalho presencial ao longo do ano.

Houve a abertura gradual e maior ocorrência de eventos presenciais nos equipamentos culturais. Ainda assim, prosseguiu-se a predominância de atividades virtuais nos programas de difusão cultural, seguindo o aprimorando a expertise da Amigos da Arte na produção de conteúdos audiovisuais e difusão digital.

O plano de retomada das atividades presenciais seguiu os protocolos sanitários exigidos pelo governo, sendo que em outubro foi revogada algumas medidas, possibilitando a retomada do público em 100% de ocupação nos equipamentos, assim como a ampliação dos horários de funcionamento.

Ainda assim o contexto da pandemia impactou negativamente a captação de recursos operacionais e incentivados.
